



A história como farsa: a classe média e o golpe de 2016 no Brasil

History as a scam: the middle class and the 2016 coup in Brazil

Resumo:

O presente trabalho discute, a partir dos elementos da obra “*O Colapso do Populismo no Brasil*”, de Octávio Ianni, o golpe de 2016 no Brasil, particularizando a participação da classe média no processo. O trabalho foi construído a partir de pesquisa bibliográfica na obra do autor e nas produções recentes de intelectuais que problematizam os elementos econômicos e políticos que explicam o golpe no Brasil. Na trilha do que formulou Ianni, abordamos os golpes de estado na história brasileira e a forma como a classe média serviu de “porta-voz” de projetos de restauração conservadora, contrapondo-se aos interesses da classe trabalhadora no país.

Palavras-chaves: Brasil; Classe média; Golpe.

Abstract:

The present work discusses, from the elements of the work “*The Collapse of Populism in Brazil*”, by Octávio Ianni, the coup of 2016 in Brazil, particularizing the participation of the middle class in the process. The work was built from a bibliographical research on the author's work and recent productions by intellectuals who problematized the economic and political elements that explained the coup in Brazil. As Ianni formulated, we approached the coups d'état in the history of Brazil as a middle class serving as a “spokesman” for conservative restoration projects, as opposed to the interests of the working class in the country.

Keywords: Brazil; Middle Class; Coup.

Crismanda Maria Ferreira

Graduada em Serviço Social (UFPE). Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE). Atualmente cursa o doutorado em Serviço Social (PPGSS-UFPE). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET-UFPE). E-mail: crismandaferreira@yahoo.com.br

Introdução

A história se repete, “a primeira vez como tragédia e a outra como farsa” (MARX, 2008, p. 207) tem sido uma das passagens célebres recuperadas para explicar os acontecimentos recentes da história brasileira. Como afirma Lowy (2016), o golpe de 1964 seria a tragédia que mergulhou o país em vinte anos de ditadura militar marcada por sangue e dor de milhares. Já o golpe¹ de 2016 é a farsa, no qual parlamentares corruptos, em nome de “Deus, da família e da nação”, ancorados em um projeto reacionário, derrubaram a presidenta Dilma Rousseff, eleita *por* 54 milhões de brasileiros. A tragédia e a farsa são a representação da dura história brasileira: a história dos golpes contra a democracia.

O ano de 2016 foi marcado por uma ruptura de “novo tipo” no Brasil, diferente da vivenciada na década de sessenta. Não seguiu o “roteiro clássico”, no qual as forças armadas sitiavam o palácio do governo, o presidente era preso ou expulso do país e enterrava-se a institucionalidade vigente dando início a ditadura, na trilha do que formulou Costa (2016). O golpe foi disfarçado de “legalidade”, sendo a Constituição Federal invocada por juristas e pela mídia para justificar a saída da presidenta.

Os fatos que edificaram o caminho para o golpe começaram bem antes do processo aberto em 2 de dezembro de 2015. Podem ser explicados desde meados de 2013, com a crise econômica já sinalizada e o descontentamento com o modelo de desenvolvimento operado no Brasil pelos governos petistas sendo evidenciado nas ruas², perpassando também o ano de 2014, com o acirramento político durante e após

¹ A posição defendida nesse artigo é de que o processo ocorrido em 2016, que retirou Dilma Rousseff da presidência da república, tratou-se de um golpe. Contudo, cabe pontuar que não existe um consenso sobre esse assunto na literatura especializada. O texto publicado por Martuscelli (2020) traz uma síntese dos argumentos de autores de duas perspectivas divergentes: aquela que defende, assim como estamos tratando, a existência de um golpe, construído como uma reação conservadora à um governo de inclinações progressista; e aquela que defende que não houve golpe, uma vez que ocorre um alargamento desse conceito que compromete os critérios para sua definição.

² Mesmo não “creditando” as chamadas Jornadas de Junho uma vinculação com forças políticas específicas, afinal, as Jornadas foram “mobilizações em disputa” (IASI, 2014) tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda e grupos independentes, entendemos que, naquele momento, o sentido do termo “ocupar as ruas”, tão comumente ligado aos grupos progressistas, passou a ser cooptado pelo conservadorismo. O “verde-amarelismo”, o rechaço aos partidos políticos e as principais palavras de ordem presentes em Junho (“vem pra rua”, “o gigante acordou” etc.), deram o tom das manifestações favoráveis ao golpe de 2016. Inegavelmente, grupos e partidos políticos conservadores souberam aproveitar as tendências expressas em Junho para consolidar o movimento pró-impeachment.

as eleições de outubro. O processo de “impeachment” aberto por Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, seria o “estopim” de uma sucessão de entraves postos ao governo petista, num ano “ingovernável” para Dilma, visto o agravamento da crise econômica, o avanço das investigações sobre o esquema de corrupção na Petrobras e o esfacelamento da base do governo no Congresso, culminando em derrotas parlamentares sucessivas.

As reviravoltas conjunturais passaram a ser constantes. As mobilizações a favor e contrárias ao golpe se intensificaram. Os favoráveis, mobilizados por movimentos tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online e Vem pra Rua, sustentavam o argumento que Dilma, Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) seriam os únicos responsáveis pelos esquemas de corrupção e falência econômica brasileira. Os contrários, partidos de esquerda, Centrais Sindicais, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimentos feministas, antirracistas, LGBTs, mobilizavam-se em defesa da democracia e dos direitos sociais (DEMIER, 2019).

Em 17 de abril de 2016, a Câmara aprovou a abertura do processo de impeachment, após três dias de sessão. Foram 367 votos a favor e 137 contra. No dia 12 de maio, o Senado votou a favor da recomendação da Câmara, o que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

Michel Temer, vice-presidente que havia rompido com o governo, assumiu o mais alto cargo do Poder Executivo³, não tardando em implantar a agenda neoliberal, expressa na entrega do patrimônio público via privatizações, ofensiva contra os direitos trabalhistas e previdenciários por meio da defesa da contrarreforma trabalhista e da previdência, ataques ao pensamento crítico através de projetos como o Escola Sem Partido e congelamento dos gastos com políticas sociais, a exemplo do que foi instituído pela Emenda Constitucional 95.

O golpe longe de atingir somente o PT, atingiu toda a esquerda. Foi um golpe contra o povo trabalhador do país. Marcou “uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985” (MIGUEL, 2016, p. 29). Com a derrubada da presidenta legitimamente eleita pelo voto popular, mediante um processo cuja base

³ Primeiro, Temer assumiu interinamente o governo. Porém, o afastamento definitivo de Dilma da presidência, em 31 de agosto de 2016, tornou-o presidente até o fim do mandato.

não tinha sustentação⁴, e a tomada do poder por forças políticas derrotadas nas urnas em 2014, foi evidenciada uma desestruturação da democracia brasileira, cujos rumos tomados conforme Braz (2019, p. 9) se baseiam na necessidade de “acelerar as condições de aplicação de políticas que destravem os obstáculos (políticos, econômicos, sociais e ideológicos) para a implementação de uma agenda regressiva para a classe trabalhadora, em todos os níveis”.

É esse o contexto em que nosso trabalho se situa. A partir de pesquisa de caráter bibliográfico, objetivamos elencar os aspectos históricos elaborados por Octávio Ianni em sua obra “O colapso do populismo no Brasil” (1968) para realizar uma análise do golpe de 2016 no Brasil, com ênfase sobre a participação da classe média nesse processo.

Para tanto, dividimos o artigo nas seguintes partes: primeiro, esta introdução no qual fizemos um apanhado geral dos elementos que contextualizam o golpe ocorrido no Brasil em 2016; tópico 2 – intitulado “Os golpes como expressão do autoritarismo na história brasileira” -, no qual discorreremos sobre o caráter autoritário dos golpes no Brasil; tópico 3 - intitulado “A classe média e as vias autoritárias” -, no qual tratamos das mediações que explicam a adesão da classe média às “soluções autoritárias”, pensando a adesão dessa classe à solução autoritária vigente.

1 Os golpes como expressão do autoritarismo na história brasileira

Escrita entre julho de 1966 e outubro de 1967, a obra “*O colapso do populismo no Brasil*” (1968), tornou-se um livro clássico da sociologia brasileira. “Clássico”⁵ no sentido mais exato desse termo: é uma obra não só “daquele tempo”, mas também “de nosso tempo”. Relevou aspectos importantes do período histórico no qual foi produzida e contribui (embora sua leitura seja, por alguns, renegada⁶) para pensarmos os dilemas do Brasil moderno.

⁴ Demier (2019).

⁵ ALEXANDRER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. Teoria social hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23-81.

⁶ A crítica dirige-se ao fato de, embora, ao nosso ver, essa obra de Ianni resgate aspectos importantes para pensarmos o Brasil de hoje, não foi retomada (ou pelo menos não vimos) nas análises conjunturais sobre o golpe de 2016 no país.

Sociólogo e um dos expoentes da “Escola Paulista de Sociologia”⁷, Octávio Ianni (1926-2004), buscou apreender as relações entre processos políticos e econômicos para explicar a natureza da “crise brasileira”. A análise das condições da “estagnação” e do “progresso” no Brasil é o “fim” perseguido ao longo da sua exposição de acontecimentos.

Logo na primeira parte do livro, tratando do “sentido das crises”, Ianni faz suas considerações sobre os golpes na história brasileira. Conforme aponta, “o desenvolvimento econômico, social e político no Brasil, simbolizado na industrialização acelerada, foi o resultado de uma sequência de rompimentos políticos e econômicos internos e externos” (IANNI, 1995, p. 8). Isso porque, para Ianni, um país marcado pelo subdesenvolvimento, apenas pode ingressar na era da civilização industrial quando alcança autonomia político-econômica, e essa autonomia, somente pode ocorrer após o rompimento tanto com o tradicionalismo da sociedade quanto com o sistema internacional dominante.

As rupturas, às quais se refere o autor, podem ser: totais, como no caso da Rússia em 1917, da China em 1949 e de Cuba em 1959; ou parciais, como aconteceu, por exemplo, no Brasil, com Getúlio Vargas, em 1930. Ocorrem de forma, conforme sintetiza o autor, “paulatina ou drástica, predominantemente política ou ao mesmo tempo política e econômica” (IANNI, 1995, p.7). Interpretar seus sentidos, assim sendo, exige o conhecimento das estruturas político-econômicas parciais e globais, ou seja, é preciso analisar as relações entre as estruturas internas e externas, pois “o caráter parcial e lento, ou total e drástico, da ruptura está na dependência dos encadeamentos entre esses diferentes planos” (IANNI, 1995, p. 8).

Entretanto, cabe destacar, a essência das rupturas se situa no âmbito das estruturas de dominação e de apropriação, das relações políticas e econômicas envolvidas. O sociólogo brasileiro defendeu em seus escritos que as rupturas são totais, *revolucionárias*, quando incidem nos fundamentos estruturais da sociedade e “sempre implica na ascensão de uma nova classe ao poder, realizando e simbolizando o rompimento drástico dos vínculos externos e com a sociedade tradicional” (IANNI,

⁷ Estamos nos referindo a tradição de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), cuja liderança era o sociólogo marxista Florestan Fernandes (1920-1995). Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=knHYevT7DLs>>. Acesso em: 19/07/2017.

1995, p. 8). Já as rupturas parciais, *reformistas*, ocorrem quando são modificados certos quadros institucionais, sem fazer alterações estruturais, nem mesmo as mais básicas.

Os golpes de estado, por sua vez, representam, na grande maioria dos casos, “uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas” (IANNI, 1995, p. 8). A história brasileira, como indicamos na introdução desse texto, prova essa tendência. Em que pese, as particularidades de cada momento histórico, destaca-se um elemento em comum: o fato de sempre que há avanços do ponto de vista dos interesses populares e nacionais – mesmo que sejam avanços mínimos, reformistas, em andamento ou ainda projetados - tem-se uma reação conservadora e, conseqüentemente, retrocessos institucionais⁸, políticos e socioeconômicos.

Referindo-se ao Golpe de estado de 1964, mais parece que Ianni está retratando o período recente. Aponta:

A democratização das relações políticas e sociais, a expansão do sistema educacional, a conquista de direitos políticos e benefícios sociais, por parte das classes médias e operária, inclusive certas regiões agrícolas, além de outras transformações institucionais importantes foram a consequência e o componente da ruptura político-econômica nessa época (IANNI, 1995, p. 8).

A sociedade brasileira, por tradição, tem o autoritarismo como marca⁹ e a classe dominante abomina qualquer “traço popular” que possa existir nos governos. Nessa perspectiva, a participação crescente da população nacional no debate e nas decisões políticas e econômicas, bem como a possibilidade de criação de uma “consciência nacional”, seriam os elementos que situariam a emergência dos golpes no país. O limite é dado pelo poder burguês, deste modo, se os governos já não servem aos seus interesses ou ameaçam sua vigência, são desestabilizados, golpeados, até o “último suspiro”. A classe trabalhadora é excluída das decisões políticas e as chamadas soluções “pelo alto” prevalecem.

⁸ Leonardo Avritzer (2018), por exemplo, defende que a democracia no Brasil é constituída a partir de movimentos pendulares e o país oscila, desde 1946, entre ondas de otimismo democrático e fortes inversões antidemocráticas. Para o autor, “a institucionalidade brasileira possui amplas vias não eleitorais ou contra eleitorais de acesso ao poder que são utilizadas de tempos em tempos” (ibid. p. 273).

⁹ Ver Chauí (2000).

Em 2016, foi isso que vimos. A política de conciliação de classes operada pelos governos petistas desde meados da década de 2000, diante do avanço da crise econômica, não podia mais ser sustentada. Tornou-se impossível manter a premissa de atender tanto aos anseios do capital quanto do trabalho, tão defendida pelos governos Lula e Dilma. Somente os trabalhadores deveriam “pagar a conta” do declínio econômico em curso. E assim foi feito. Com as velhas contradições exacerbadas, outras novas emergiram e uma força política organizada consolidou-se para depor o governo Dilma.

“A restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas”, caracterizada por Ianni (1995, p. 8) seria o sentido dado aos golpes no Brasil. Na perspectiva de Ianni, é possível entender que os golpes de estado inauguram “um estilo de poder autoritário e implicam na cristalização da estrutura de apropriação” (IANNI, 1995, p. 8). Em outros termos, os golpes restauram, autoritariamente, a hegemonia dominante ameaçada, garantindo a manutenção do poder. Os golpes assinalam os fluxos e refluxos na vida política nacional, sendo, em geral, manifestações das relações, tensões e conflitos que os setores novos ou nascentes no país estabelecem com a sociedade brasileira tradicional e com as nações mais poderosas, com as quais o Brasil está em intercâmbio. Essas relações, tensões e conflitos fazem parte da história brasileira¹⁰. Por razão, Ianni escreve que o período que vai da Primeira Guerra Mundial a 1º de abril de 1964 está repleto de movimentos armados, atos isolados de violência, greves, revoltas, golpes e revoluções. Cada momento com sua particularidade, mas, em todos, chama-nos atenção o autor, “evidencia-se o ‘artificialismo’ dos partidos políticos e a fraqueza da opinião pública e da consciência democrática” (IANNI, 1995, p. 144).

Em um país como o Brasil, no qual a política de massas e as oligarquias preponderam sobre os partidos políticos, os golpes, portanto, seriam “formas correntes de sucessão no poder” (IANNI, 1995, p. 145). No período pós II Guerra Mundial, se feito um breve resgate histórico, observa-se que apenas quatro presidentes democraticamente eleitos - Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek,

¹⁰ Os limites desse artigo não permitem aprofundar essa discussão. Nesse sentido, sugerimos aos leitores consultar o quadro elaborado por Ianni (1995, p. 15) acerca dos golpes e movimentos armados na história do Brasil. Nele, estão organizados por data, centro de irradiação, composição de forças e objetivos, os conflitos e tensões políticas ocorridos entre 1922-1964 no país.

Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva - terminaram seus mandatos, demonstrando o quão Ianni foi certo ao revelar a fraqueza do modelo liberal adotado no Brasil e nas nações dependentes.

2 A classe média e as vias autoritárias

No “*Colapso do Populismo no Brasil*”, investigou-se o golpe militar de 1º de abril de 1964. Um momento que interrompeu o desenvolvimento econômico-social, configurado na democracia populista¹¹ do governo João Goulart (1961-1964), sendo “uma operação político-militar inerente à opção adotada pela mais audaciosa – e talvez mais consciente – classe dominante” (IANNI, 1995, p 129).

Com a justificativa de que o país estaria se transformando em “campo de uma verdadeira guerra revolucionária”, visando “instaurar uma República Sindicalista”, orquestrou-se o golpe. As relações de Goulart com o sindicalismo, grupos políticos nacionalistas e de esquerda manifestavam, supostamente, o avanço de um “programa subversivo”, não esperado pela classe dominante. O descontentamento dessa classe e a nítida incompatibilidade entre a crise econômica em curso e a “democracia populista” deram o pontapé que instaurou a ditadura.

Para Ianni, “forças políticas ‘latentes’ assumem primazia sobre aquelas predominantes anteriormente” (IANNI, 1995, p. 133), nesse período. O poder militar aparece, mas, uma fração de classe, em particular, chama-nos atenção. A classe que se converte, nas palavras de Ianni, em “base de manobra” (IANNI, 1995, p. 126) nos processos de golpe no país: a classe média¹².

¹¹ “Populismo” é um termo utilizado por Ianni para designar a política que surge, no Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas e dos políticos a ele associados. Esse movimento, desde 1930, foi se estruturando, desenvolvendo medidas concretas, ideológicas e de linguagem para conquistar o apoio das massas trabalhadoras (IANNI, 1995). Seria “a forma política assumida pela sociedade de massa no país” (ibid., p. 219).

¹² Noção introduzida pela sociologia, principalmente de inspiração estadunidense, “classe média” designa um setor socioeconômico, empregando os critérios de renda, escolaridade, profissão e consumo, além de sustentar “a ideia de mobilidade social para descrever a passagem de um indivíduo de uma classe para outra” (CHAUÍ, 2016, p.17). Outrossim, nos termos de Chauí (2016, p. 19), “estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado (que pertence à classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada”. Sua posição não é definida somente do ponto de vista econômico, mas também ideológico, tornando-a contraditória.

Mesmo sendo uma classe cuja composição tem a fragmentação como característica¹³, Ianni escreve que “a classe média se revelou a massa mais dócil às soluções autoritárias” (IANNI, 1995, p. 137) e, continua, “desde os momentos áureos da política de massa, ela já vinha sendo preparada para aderir ao autoritarismo” (IANNI, 1995, p. 137). A classe média, ideologicamente conservadora e reacionária, cumpre função marcante na trilha de consolidação dos projetos “restauradores” na história brasileira. Na obra de Ianni, por exemplo, a participação desses setores na política é um elemento importante para explicação de aspectos do “sucesso popular” das reações antidemocráticas no Brasil. Em 1964, a participação da classe média foi decisiva para consolidação do golpe militar.

Foi uma ampla campanha de opinião pública, dirigida especialmente à classe média, que preparou as populações urbanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc. para aceitarem antecipadamente a derrubada do Governo de João Goulart, a modificação drástica das instituições políticas e a reformulação completa da política econômica (IANNI, 1995, p. 138).

Os objetivos foram alcançados ancorados no combate ao “comunismo” e à “corrupção”, que ocultou os interesses políticos e econômicos em disputa. Isso, que seria apenas parte de nosso passado, no entanto, “repetiu-se” no processo de golpe em 2016. Mais uma vez, uma campanha de opinião pública feita pelos principais veículos da imprensa nacional e dirigida, sobretudo, à classe média, construiu as bases do golpe contra Dilma. Sobre isso, Lopes (2016, p. 97-98) enfatiza:

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Isto é) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no Sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontrastável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o

¹³ Referindo-se a composição da classe média, Chauí enfatiza que “certos setores – como é o caso, por exemplo, de estudantes, professores, setores do funcionalismo público, intelectuais, lideranças religiosas – tendem a se organizar e a se opor à classe dominante em nome da justiça social, colocando-se na defesa dos interesses e direitos dos excluídos, dos espoliados, dos oprimidos; numa palavra, tendem para a esquerda e, via de regra, para a extrema esquerda e o voluntarismo, isto é, por uma relação com o tempo como descontínuo e volátil que exige ações imediatas” (CHAUÍ, 2016, p. 17). Porém, “essa configuração é contrabalançada por outra, exatamente oposta [...] fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a suprir a experiência de um tempo descontínuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial” (CHAUÍ, 2016, p. 17).

governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014. A máquina de mídia dessas famílias deixou de fazer jornalismo no termo da palavra – como atividade voltada ao registro e reflexão cotidianos sobre a realidade – para tornar-se uma máquina de propaganda partidária (LOPES, 2016, p. 97-98).

O discurso de combate à corrupção (no caso, atribuída, particularmente, ao PT) novamente foi evocado, bem como criou-se o mito da doutrinação de esquerda no país (escolas e universidades estariam voltadas a formação de militantes de esquerda, marxistas, que, a todo custo, defendiam o PT¹⁴). As causas e saídas da crise econômica foram manipuladas pela mídia. Rotineiramente, noticiava-se a falência da política econômica do governo, reiterando a “necessidade” de pôr em prática uma nova concepção de economia. Com o PT longe do governo, aparentemente, a corrupção, a “doutrinação ideológica” e os problemas econômicos desapareciam do país.

A classe média, em 1964, organizou-se na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada dez dias antes do golpe e que abriu o caminho do que se chamou, na época, de “revolução”. Seria uma resposta, orientada para o autoritarismo, ao comício ocorrido, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, no qual o Presidente da República, Ministros de Estado, lideranças de esquerda, operários, estudantes e intelectuais defenderam as Reformas de Base. Já em 2016, o que ocorreu foram os chamados “panelaços” e as marchas verde-amarelistas, autoproclamadas ordeiras e pacíficas aos domingos. Bairros nobres de praticamente todas as capitais do país, foram cenário das “batidas de panelas” repudiando Dilma, Lula e o PT. Nas manifestações de rua, milhares de pessoas com camisetas da seleção brasileira, reivindicavam a saída da presidenta e saudavam a operação Lava-Jato.

A classe média, que compôs majoritariamente os atos, ingressou “como força social ativa e militante no processo político (BOITO JR, 2016, p. 27). O “vermelho” (cor símbolo da esquerda) era recusado e, explicou-nos Amaral (2016, p. 42), “suas principais bandeiras eram contra a ‘roubalheira’ e contra ‘tudo isso que está aí’, paulatinamente substituídos por um simples ‘Fora PT’”.

¹⁴ Ancorado nessa premissa, surgiu o Projeto de Lei N.º 867, de 2015, conhecido como “Escola Sem Partido”. O projeto dispõe que são vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções dos pais ou responsáveis pelos estudantes. Exige-se neutralidade política e ideológica de professores, estes que, pela justificação apresentada, estariam se aproveitando da posição ocupada para impor suas convicções (BRASIL, 2015).

Na tragédia e na farsa de nossa história, 1964 e 2016, a classe média se fez ativa. Segundo Ianni (1995, p. 139), essa presença “está relacionada com o aumento progressivo do número dos seus membros na sociedade nacional”. Com a ampliação das oportunidades de ocupação no setor de serviços, comércio, burocracia pública civil e militar, “esses grupos sociais tornam-se importantes nas manobras políticas realizadas por determinados setores da classe dominante” (IANNI, 1995, p. 139). Um apontamento que ganha sentido e atualidade se pensarmos a “miragem da ‘nova classe média’ produzida durante os governos petistas e a posterior importância da adesão dessa classe a campanha pró-golpe em 2016.

Conforme Ianni (1995), não há preço para a ambição de ascensão social dos setores médios. Sua adesão às vias autoritárias muito se explica se considerarmos que “seu universo cultural e mental está impregnado dos valores e padrões da classe dominante, os quais se difundem em programas de televisão e cinema, nas revistas e jornais” (IANNI, 1995, p. 139). A classe média vê nas lutas e reivindicações dos trabalhadores um perigo para suas ambições. Em consequência, “se apega mais facilmente às soluções autoritárias, que alguns setores da classe dominante lhe apresentam” (IANNI, 1995, p. 139).

Para amplos setores da classe média, o jogo democrático (particularmente a existência e o funcionamento do Congresso Nacional, das Assembleias Estaduais e mesmo das Câmaras Municipais) é encarado em termos de seus custos financeiros. Ao menos, aceitam essa argumentação. Por isso, também anseiam por esquemas ditatoriais. Por isso, também, colocam-se freios às ambições da massa operária, ou aos seus porta-vozes (IANNI, 1995, p. 139).

Na verdade, para Ianni, “a massa operária atemoriza a massa da classe média” (IANNI, 1995). O golpe orquestrado contra Dilma Rousseff foi mais uma demonstração, entre as tantas na história, da inconformidade da classe média com a redução da distância que a separava dos mais pobres. Os governos petistas - embora sejam feitas as críticas necessárias a opção adotada de tentar conciliar o inconciliável, permanecendo nos limites da ordem burguesa e frustrando quem acreditava que mudanças profundas fossem feitas – apostou em políticas, mesmo contraditórias, que reduziram significativamente a miséria e possibilitaram acesso de pobres e negros a lugares antes tidos como “de privilégio”.

Os anos petistas foram acompanhados por uma sensação de que hierarquias seculares estavam sob ameaça. As mulheres, as lésbicas, os gays e as travestis, as populações negras, as periferias: grupos em posição subalterna passaram a reivindicar cada vez mais o direito de falar com sua própria voz, a questionar sua exclusão de muitos espaços, a reagir à violência estrutural que os atinge. Políticas de governo apoiaram tais movimentos, desde as cotas nas universidades até o financiamento para a produção audiovisual periférica. Os privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo incontestada, e perderam também a exclusividade na ocupação de posições de prestígio (MIGUEL, 2016, p. 31).

O Programa Bolsa-Família - cujos gastos chegaram a cerca de R\$ 186,5 bilhões, entre 2003 e 2015, beneficiando 13,9 milhões de famílias de baixa renda¹⁵ - se tornou alvo da fúria das elites. Sob o argumento da “meritocracia” e de que o programa ajudou a criar uma massa de “vagabundos, sem trabalho, sustentados pelo governo”, a classe média verbalizou sua repulsa às medidas que promoveram a ascensão social de setores pauperizados da classe trabalhadora.

Conforme Miguel (2017), a redução da distância social possibilitada via políticas de inclusão, afetou material e simbolicamente a classe média. A força de trabalho disponível a baixo custo, que beneficiava os setores médios nos serviços domésticos e pessoais começou a ter seus direitos trabalhistas assegurados (as trabalhadoras domésticas, por exemplo). As vantagens dos “filhos da classe média”, principalmente no ensino superior, deixaram de ser marcantes; aeroportos e centros comerciais se popularizaram. O sonho do carro e da casa própria deixou de ser distante. O prestígio e os símbolos de prestígio que a classe média acreditava deixá-la próxima da classe dominante e distante da classe trabalhadora (CHAUÍ, 2016), não eram mais tão somente seus.

O seu maior sonho, tornar-se parte da classe dominante, estava ameaçado. E o seu maior pesadelo, tornar-se proletária, podia estar em curso¹⁶. No receio desse “pesadelo” e na discrepância entre o sonho e as possibilidades de concretizá-lo¹⁷, que o papel da classe média no desenrolar das crises políticas delineia-se. O resultado disso? Os fatos em 1964 e 2016 não nos deixam mentir: via de regra, a radicalização das forças vinculadas a classe dominante no poder político nacional.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/12421>>. Acesso em: 30/05/2017.

¹⁶ Termos de Chauí (2016).

¹⁷ A obra de Ianni (1995) faz referência ao crescimento quantitativo da classe média dos setores médios e a elevação dos seus padrões de exigência (indicados pelas taxas de escolarização, por exemplo), que não são acompanhados pela participação no produto.

Considerações finais

No período em que escrevíamos esse artigo¹⁸, o governo brasileiro e a grande mídia nacional anunciaram, com grande satisfação, a aprovação da Reforma Trabalhista. Divulgada como “modernização”, a reforma estaria, pelo discurso oficial, marcando um “novo momento histórico no país”. Mas pensemos: qual momento histórico? O que chamam de “modernização” representa o que do ponto de vista dos direitos conquistados ao longo de quase cem anos pelos trabalhadores brasileiros? Movimentos sociais à esquerda, a exemplo dos movimentos feministas, de juventude, de trabalhadores sem teto, movimento negro, movimento de trabalhadores sem-terra, entre outros, têm denunciado os retrocessos anunciados. Os trabalhadores, enquanto classe complexificada e que vivencia novos processos no que concerne a organização do trabalho, sobretudo com o adensamento do desemprego e da precarização (ANTUNES, 2018), estão sendo impactados por essa ofensiva “do atraso” contra seus interesses (AMARAL, 2018; GALVÃO, 2019). A incerteza tem sido própria do contexto inaugurado a partir do golpe de 2016.

Nosso trabalho buscou tratar, a partir dos elementos da obra “*O Colapso do Populismo no Brasil*”, de Octávio Ianni, o mais recente golpe de estado vigente. Octávio Ianni, um dos grandes intelectuais da Escola Paulista de Sociologia – como tratamos - nos alertou sobre os períodos que dão sequência aos golpes de estado. Estes restauram a ordem burguesa ameaçada frente aos possíveis avanços reformistas ou revolucionários, mesmo que ainda projetados. Portanto, são saídas autoritárias nos momentos de crise, como vimos acontecer na história brasileira.

A democracia tem sido exceção no Brasil, pois em 1964 o golpe deu o pontapé inicial para mais de vinte anos de ditadura militar. Já o golpe de 2016 e a instauração do governo ilegítimo de Michel Temer, por sua vez, marcou a retomada do predomínio neoliberal ortodoxo, derrotado no voto popular. Tivemos um golpe sob novas

¹⁸ Esse artigo é fruto das pesquisas desenvolvidas no curso de mestrado, no ano de 2017. Esse ano marcou, de forma decisiva, o processo permanente de ajuste fiscal e contrarreforma no âmbito do Estado no Brasil, durante o governo de Michel Temer, e que significou perdas efetivas para a classe trabalhadora brasileira. Esse processo, conforme os resultados preliminares de nossos estudos no âmbito do doutorado, foi aprofundado no governo de tendência neofascista de Jair Bolsonaro, tendo em vista os constantes cortes orçamentários nas políticas sociais, a exemplo da política de saúde no contexto de crise sanitária devido a pandemia de Covid-19.

“roupagens”, mas com o mesmo sentido: o autoritarismo e a retomada da “velha política” dominante, claramente antipopular.

Para consolidação dos golpes, como o atual, cabe destacar, a classe média, nos diz Ianni, tem participação fundamental. Mesmo sendo uma classe fragmentada, devido sua posição no sistema social, é força ativa, a “base de manobra”, nas palavras do autor, para as saídas autoritárias. Impregnada dos valores e padrões dominantes, a classe média almeja tornar-se parte dessa classe e, nesse sentido, as lutas e reivindicações da classe trabalhadora são entraves para seus desejos, por isso, se apega às soluções autoritárias apresentadas.

A classe média, recorrendo a Ianni, esteve no passado e continua, no presente, cumprindo seu papel. Não foi a única força envolvida no processo de golpe ocorrido em 2016. Contudo, sua participação se colocou como um dos elementos fundamentais que precisa ser evidenciado no debate crítico acerca da temática.

Bibliografia

ALEXANDRER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23-81.

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho tendências contemporâneas. In: *Revista Argumentum*, v. 10, n 3. Vitória UFES, 2018, p. 244-256.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo Boitempo Editorial, 2018.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=knHYevT7DLs>>. Acesso em: 19/07/2017.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013–2018. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: 2018, p. 273-289.

BOITO, JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 23-28.

BRASIL. *Projeto de Lei N.º 867, DE 2015*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 30/07/2017.

BRAZ, Marcelo. Um golpe nas ilusões democráticas. In: *Dossiê Marxismo 21*. 2016. Disponível em: < <https://marxismo21.org/crise-politica-no-brasil/>>. Acesso em: 03/11/2021.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16-22.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Graça. Prólogo: o desmonte do Estado. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 10-11.

DEMIER, Felipe. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

ESTADÃO. As “pedaladas fiscais” do governo Dilma: o que são? Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>>. Acesso em: 31/07/2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Operação Lava Jato*. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 27/05/17.

GALVÃO, Andréia. Reforma trabalhista efeitos e perspectivas para os sindicatos. In: KREIN, José Darin; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). *Reforma trabalhista no Brasil promessas e realidade*. Campinas, SP Curt Nimuendajú, 2019.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

IASI, Mauro Luis. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 50-67.

LINS, Liana Cirne. *Explicando a ilegalidade do impeachment em cinco passos*. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/explicando-a-ilegalidade-do-impeachment-em-cinco-passos>>. Acesso em: 31/07/2017.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 97-102.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 52-57.

MARTURSCELLI, Danilo. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V.14. Brasília: UNB, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759>>. Acesso em: 03/11/2021.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 29-34.

MIGUEL, Luís Felipe. *Sobre as evidências da tese do ressentimento da classe média*. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/sobre-as-evidencias-da-tese-do-ressentimento-da-classe-media-por-luis-felipe-miguel>>. Acesso em: 31/07/2017.

Recebido em: 13 de maio de 2021.

Aceito em: 04 de novembro de 2021.